

D E B A T E S

Ensino Religioso na Educação Infantil

ênfase na construção de uma área de conhecimento pela proposição de temas específicos

*Supomos ser necessário
refletir sobre quem de fato
é o homem, a mulher,
quem é nossa criança
de 2 a 6 anos
na Educação Infantil.
Talvez seja necessário
tirar dela as imposições
culturais, as imposições
do meio em que vive
para que possamos
vislumbrar quem ela é.
Entendemos que é isso que
fazem os sábios povos
indígenas, por isso
não cabem nas celas
das culturas
de outros povos.*

**Viviane Cristina
Cândido**
PUC-SP

Introdução

Essa oficina teve como objetivo preparar as professoras de Educação Infantil para o desenvolvimento do tema fraternidade e Amazônia.¹ Partiu do pressuposto de que o trabalho docente deve se caracterizar pela pesquisa, seleção e comunicação de conteúdos devendo ultrapassar a perspectiva do como fazer, trazendo antes as perguntas do que e do porquê fazer.

Apresentamos às professoras um eixo central, a educação na e da diferença e, a partir dele, conteúdos relativos ao tema. Pretendemos fornecer um referencial, a partir do texto base da Campanha,² de tal modo que as professoras, ao considerá-lo, pudessem organizar suas aulas e pensar estratégias, aproveitando todo e qualquer material.

As fontes do Ensino Religioso

Em nossa dissertação de mestrado (CÂNDIDO, 2004) propusemos como objeto de estudo apontar e

¹ Este foi o tema proposto pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para a Campanha da Fraternidade 2007, realizada durante o período da quaresma, segundo o calendário litúrgico da Igreja Católica Apostólica Romana. Embora sua proposição parta da Igreja Católica, entendemos que o tema, dada sua relevância, pode constituir-se tema do ensino religioso.

² Trata-se de texto elaborado pela própria CNBB e seus assessores para servir de base para preparação das pessoas envolvidas no desenvolvimento da campanha.

VIVIANE CRISTINA CÂNDIDO

caracterizar três fontes dos discursos sobre o ER, a saber, a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso e o “Grupo do Não”. Apontar seus respectivos fundamentos e confrontá-las de modo a evidenciar seus reflexos na legislação sobre o ER para o Estado de São Paulo.

No que diz respeito à CNBB, constatamos sua significativa contribuição para a distinção do ER da catequese, bem como para a garantia deste na Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988.

Relativamente ao FONAPER, sua contribuição para a consideração do ER como disciplina, bem como a clareza de suas concepções com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para esta disciplina.

Quanto ao Grupo do Não, que assim intitulamos por ter se manifestado contrário à implantação do ER nas escolas públicas de São Paulo, por ocasião da divulgação da Deliberação 16/2001, que organizava a matéria para este estado, sua contribuição para pensarmos um ER que considere a pluralidade, o ateísmo, a laicidade do estado e o homem e a mulher para além do religioso.

Identificamos que estão na esfera epistemológica as confusões, as reduções e as indistincções relativas ao ER, e as apontaremos, a seguir, no discurso das fontes.

Da CNBB, destacamos a concepção de Deus “variável” que, ora considera o Deus cristão, necessariamente a ser acatado porque parte da tradição religiosa, ora reconhece a pluralidade e entende a necessidade do reconhecimento de que há várias dimensões religiosas, podendo ser diferentes as opções dos educandos. No ápice desta “variação”, está a compreensão do Transcendente, de Transcendência – denominações presentes na linguagem utilizada pelo FONAPER e que pretendem ser o lugar onde caibam todos os deuses, de todas as religiões e/ou tradições religiosas. Tais concepções e terminologias são acatadas na Declaração de Campinas, elaborada por professores de escolas católicas reunidos nesta cidade, por iniciativa da CNBB, para pensar o ER, mas que acaba por não contar com seu aval explícito.

Em termos pedagógicos, quando os documentos da CNBB, citados nesta dissertação, apontam para que o ER respeite a confissão religiosa, abrem espaço para certa ambigüidade, uma vez que, mais especificamente no documento *Por uma nova ordem constitucional*, ao apontar que devam acontecer nas escolas diferentes “ensinos religiosos” de modo a atender às diferentes confissões, coloca o ER na perspectiva da confessionalidade.

Como disciplina, o ER deve ter um objeto de estudo, uma didática e uma avaliação própria. Como área de conhecimento, visa desenvolver junto aos educandos um trabalho específico que, uma vez diferenciado de um trabalho pastoral e de adesão a uma fé, deve, conseqüentemente, ter um conteúdo específico, conforme defendido principalmente pelo FONAPER, afastando-se de toda forma de proselitismo.

Ao ER, entendemos, não caberá buscar a adesão do educando a uma confissão de fé. Concordamos que esta não seja uma atribuição de uma disciplina do currículo escolar, mas que tenha algo a dizer sobre um conhecimento que pode em muito contribuir para sua visão de mundo. O ER poderá enriquecê-la, uma vez que em seus conteúdos pode tratar do substrato religioso que está no bojo de todas as culturas.

Mas somente contribuir com o conhecimento não basta, como não deveria bastar a nenhuma disciplina, torna-se necessário e urgente, a nosso ver, comprometer-se em

auxiliar nossos educandos na busca do sentido de sua vida,³ superando a própria cultura.

Nossa compreensão é que o ER deva ser, para além de uma disciplina que traga a história das religiões, como o querem alguns, uma disciplina capaz de trazer um conhecimento e, ao mesmo tempo, a necessária reflexão sobre o sentido da vida.

Em muitos momentos, quer na prática, quer no discurso, parece haver uma tendência da CNBB a considerar que o ER na escola católica deva ter um perfil diferenciado da escola pública. Na busca por uma epistemologia do ER é necessário destacar que, no bojo desta discussão, está evidente a falta de clareza quanto à sua compreensão como disciplina. Afinal, não cogitamos as possíveis diferenças a serem estabelecidas no ensino da matemática ou da história no ambiente laico, da escola pública, ou católico, da escola particular.

Por último, relativamente à concepção do ER, ressaltamos a incongruência entre sua compreensão como uma disciplina e a idéia, presente em diferentes estudos e documentos, de que sejam as autoridades eclesiais responsáveis pela implantação do ER nas escolas públicas ou ainda pelo acompanhamento dos professores.

Nas concepções do FONAPER merece destaque a atribuição da capacitação dos professores aos sistemas de ensino, a reflexão didática, o apontamento do fenômeno religioso, presente nas tradições religiosas, como seu objeto de estudo e este é um dos aspectos que pretendemos discutir na construção de sua epistemologia.

Igualmente merece reflexão a relação entre a escola e o Transcendente, pois esta, de algum modo, parece atender apenas aos religiosos, uma vez que a Transcendência, como mencionada acima, está ligada às Tradições Religiosas.

Nos parece que o objeto do ER poderia ser o fenômeno religioso; as Tradições Religiosas, nas proposições temáticas do próprio Fórum e a questão do sentido da vida que trataria daquilo que, em todas elas, seja gerador de vida e não apenas do como e quanto estas religiões, por seus aspectos institucionais, influem na cultura.

Por outro, as próprias instituições religiosas reconhecem a necessidade de superação da idéia de cultura. Assim, a leitura da questão religiosa do ponto de vista da instituição ou do ponto de vista da cultura parecem configurar-se em reduções.

Em relação às concepções do Grupo do Não, merece destaque os questionamentos relativos ao estabelecimento de uma relação necessária entre ser ético, moral e cidadão e ser religioso. É clara a dificuldade na compreensão do ER como disciplina em função de uma questão prática: o embasamento em discursos contraditórios dos representantes oficiais da CNBB.

O próprio fato de os *Parâmetros Nacionais para o ER* não terem sido reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura, faz com que ganhe força o discurso oficial da Igreja católica que, é preciso destacar, discute há mais tempo a questão e, sem sombra de dúvida, exerce maior influência no contexto da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, aprová-lo ou não se constitui num verdadeiro desafio já que são tão oponentes os campos de força, marcadamente a CNBB e o Grupo do Não.

³Importa salientar que, em nossa pesquisa acerca da epistemologia do ER, nos dedicaremos à uma melhor reflexão acerca dessa questão do sentido da vida considerando, principalmente, que as pessoas podem definir como sentido de suas vidas, coisas, pessoas, utopias que, ao invés de concorrer para a vida, sejam depreciadores da vida.

VIVIANE CRISTINA CÂNDIDO

***Antes de falar sobre o tema,
que tal nos aproximarmos dele?***

Fizemos a seguinte provocação às professoras: Quando penso em Amazônia penso em... E tivemos de volta temas: Natureza, Índio, Folclore, Cultura, Lendas, Povo de lá, Culinária, Animais, Religiosidade, Costumes e tradições, Preservação do meio ambiente, Rios.

E também preocupações como o fato de ser complicado para nós, professoras, falarmos dessa outra realidade; é preciso pensar em qual é a nossa concepção; há problemas lá, na Amazônia, e aqui; é preciso compromisso; ao mesmo tempo, não podemos perder o foco, trata-se da Amazônia; mas para entender lá é preciso partir daqui; partir do ser humano daqui.

Dessa forma, concluímos que daremos ênfase às nossas preocupações, porque a abordagem dos temas será consequência de nossa clareza quanto a elas e quanto ao conhecimento.

***Um Currículo
- mais propriamente um Projeto Curricular para o tema***

Para César Coll, em seu livro *Psicologia do Currículo*, um currículo é o elo entre a teoria educacional e a prática pedagógica; entre o planejamento e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente sucede em sala de aula. Um currículo necessita responder às questões: O que ensinar? Quando ensinar? Como ensinar? Por que e como avaliar?

É por meio do currículo que colocaremos em prática e faremos acontecer nossa intencionalidade.

Primeiramente falemos sobre o quando. Nossa proposta é que tenhamos em mente quatro eixos que assim elaboramos:

Eu – para educação infantil, 1a. e 2a. séries. Considerando que nesta faixa etária as crianças estão muito voltadas para si mesmas e necessitam conhecer-se, fazer um processo de autodescoberta, nessas séries nosso trabalho visará ajudá-las a fazer isso. Aqui a percepção de si mesma no mundo que está à sua volta é o mais importante.

Eu e o outro – para 3a. a 6a. série. Nesta fase a criança, o pré-adolescente já se percebem em relação a um outro, sempre o mais próximo. Não se trata ainda de uma percepção ampliada.

Eu e os outros – para 7a. e 8a. séries. Agora sim, a percepção se amplia e já é possível reconhecer uma cadeia de relações mais ampla.

Os outros – para o Ensino Médio. Fase em que os adolescentes e jovens deixam de forma gradual de ocupar o centro e podem perceber o mundo de forma ampla, estabelecendo relações.

Esses eixos podem servir-nos como referência. São importantes no momento de pensarmos especificamente nos conteúdos. Em se tratando da seleção de conteúdos, por exemplo, para a educação infantil e 1a. e 2a. série, fica claro que não poderemos abordar questões como o compromisso com a Amazônia, considerando o centramento no eu. Outra questão é que, se sabemos que a criança está voltada para si mesma, tendo

uma percepção extremamente localizada, vale considerar que o tema em si, a Amazônia, é abstrato merecendo, portanto, um tipo específico de aproximação.

Transformando temas abstratos
em temas concretos!

Sugerimos que na Educação Infantil passemos por três momentos: A percepção de si mesmo; a descoberta/reconhecimento do outro; a vivência.

Daí a proposição de uma educação na e da diferença, ou seja, uma educação que considere as diferenças entre os educandos na própria sala de aula e, ao mesmo tempo, uma educação que queira ensinar as diferenças, uma educação das diferenças que lhes dê visibilidade, que as assuma, que as problematize, que coloque em discussão os conflitos que delas advêm. Enfim, uma educação que não tente fazer de conta que as diferenças não existem, que as valorize.

Entendemos que esse enfoque seja, em si mesmo, um importante elemento do ER, uma vez que ao educarmos considerando a diferença e dialogando com ela, estamos preparando a criança para o diálogo inter-religioso, para que seja capaz, mais tarde, de assumir a sua verdade religiosa, sem deixar de considerar a do outro.

Nossa proposta é pensarmos a Amazônia num movimento duplo olhando para lá a partir daqui. Desse ponto de vista, a aproximação possível é a partir da consideração dos povos da Amazônia. Isso significa vencer, como bem apontou uma das professoras, nossa concepção da Amazônia simplesmente “Ecologia”, “pulmão do mundo”, títulos que lhe conferem um caráter abstrato. Consideramos o termo bioma que quer dizer comunidade biológica, fauna e flora e suas interações entre si e com o ambiente físico. Dessa comunidade, nós também somos parte!

Lembrar que a Amazônia agrega valores cultural, medicinal, paisagístico, social, simbólico, religioso e esses valores podem ser pontos de partida para nossos conteúdos nas diferentes áreas em nosso projeto curricular.

A seguir, ao pensarmos aproximações possíveis do tema, buscaremos apontar o tratamento específico do ER como disciplina.

Povos da Amazônia

Entre os povos citados no texto estão os povos indígenas. Com relação a esses povos provavelmente nosso maior desafio seja vencer a idéia de que índio é um nome que descreve toda a realidade. São diferentes povos, com diferentes culturas, diferentes cosmovisões.

Outra perspectiva de relação com a natureza pode ser apreendida e vivenciada na educação infantil por meio de várias estratégias e ao longo de todas as etapas, desde o maternal. Especificamente no ER estamos tratando da sacralidade atribuída à natureza pelos povos indígenas.

Podemos recorrer aos mitos originários indígenas que transmitem sua forma de relação, na qual há um profundo respeito e cuidado com tudo que esteja relacionado à vida. Aliás, a própria forma como os povos indígenas transmitem seus ensinamentos

VIVIANE CRISTINA CÂNDIDO

e cuidam de suas crianças pode nos servir de base para um paralelo na educação infantil. Sendo ainda atividades impregnadas de uma compreensão profundamente religiosa, uma cosmovisão de inter-relações. Recorrer aos mitos para a compreensão das religiões é um caminho possível.

No que diz respeito a esta expressão “naturalizam a vida humana”, temos uma outra aproximação com a fala de nossas professoras, é preciso partir do ser humano daqui. Esse é o caminho! Supomos ser necessário refletir sobre quem de fato é o homem, a mulher, quem é nossa criança de 2 a 6 anos na Educação Infantil. Talvez seja necessário tirar dela as imposições culturais, as imposições do meio em que vive para que possamos vislumbrar quem ela é. Entendemos que é isso que fazem os sábios povos indígenas, por isso não cabem nas celas das culturas de outros povos.

Pensar a condição humana pode ser um conteúdo específico do ER na medida em que se reflita acerca da vivência religiosa, sobre a pertinência de considerarmos o ser religioso como um a priori, por exemplo.

Por último, vale lembrar que são povos em busca da afirmação de sua identidade. Afirmação essa difícil de acontecer, justamente porque o que se espera é igualar, padronizar e, quando isso não acontece, dividir. Já o que sonhamos é respeitar a diferença, compreendê-la, perceber a riqueza da diversidade e como ela pode nos ajudar a viver melhor e, com isso, buscar o que agrega e não o que separa! Desafio para as religiões.

Também os afro-descendentes buscam a afirmação de sua identidade. Desse povo podemos nos aproximar ao falar de suas festas, da dança, da vida que se vive junto e, de maneira específica no ER, deles podemos nos aproximar tratando da rica espiritualidade presente em tudo isso.

Outros povos da Amazônia talvez sejam de trato mais difícil na Educação Infantil por serem realidades distantes, ao menos considerando nossa realidade de grande cidade. De maneira ampla podemos nos aproximar dos posseiros e da sua concepção da terra para todos porque presente de Deus. Podemos ainda falar das populações urbanas que se assemelham às populações de outros estados. Em Manaus as pessoas enfrentam dificuldades parecidas com as que temos aqui.

O povo de lá nem pára para ver o encontro das águas. Como nós aqui não paramos para apreciar tanta coisa... E podemos falar da importância da água para as diferentes tradições religiosas, para a vida.

Considerações finais

Os desafios da realidade amazônica nos convidam a uma educação na e da diferença! Nessa região está se travando um confronto de culturas, de modelos de vida e de projetos de desenvolvimento. Fato que em si comprova nossa incapacidade, por enquanto, de conviver na diversidade.

O texto base nos aponta que o problema crucial da Amazônia é, basicamente, ligado ao humano, como já haviam acenado nossas professoras. Tentamos evidenciar nesse texto alguns desses problemas. As questões religiosas são basicamente humanas.

Por último, lembramos a preocupação das professoras de que não podemos perder o foco, a Amazônia. Então, destacamos a necessidade de uma nova cosmovisão que nos permita ver a Amazônia como ela é. Para tanto indicamos o item três da segunda

parte do texto base *Pensar a Amazônia a partir da Amazônia* que segue com os títulos sugestivos e que concluem, por assim dizer, tudo o que dissemos até aqui, *um jeito diferente de ver a Amazônia; um diferente conceito de território e de ambiente; um diferente conceito de natureza; um diferente conceito de relações...*

Urge que enfrentemos o aparentemente óbvio, por mais que insistam as forças de um sistema capitalista, transbordantes numa mídia que massifica, o fato é que **Somos Diferentes e que possamos Ser e nos re-conhecer!!**

Queremos acreditar que com esse pano de fundo, todos aqueles temas citados no início pelas professoras, desde que recebam tratamento adequado, possam ser temas de um projeto curricular sobre Fraternidade e Amazônia e, muitos deles, possam ser tratados pelo ER, contanto que especifiquem o conhecimento do religioso, de cosmovisões religiosas e, fundamentem a idéia da delicadeza e do cuidado com o outro, tão presentes em muitas manifestações religiosas.

Mais uma vez, agradecemos as professoras com quem somamos saberes, sonhos e experiências!

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CANDAU, Vera Maria (org.). *Rumo a uma nova didática*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.
- CÂNDIA, Antônio Carlos. <http://www.strbrasil.com.br>. Acesso em 05 set 2002.
- CÂNDIDO, Viviane Cristina. *O Ensino Religioso em suas fontes – uma contribuição para a epistemologia do ER*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Uninove. São Paulo.
- _____. Metodologia para o Ensino Religioso. In: *Revista de Educação da AEC*. Brasília, v. 34, 2005, p. 55-75.
- _____. Confessionalidade e Ensino Religioso: de onde partir? In: *Identidade pedagógica do Ensino Religioso: memória e perspectivas*. Paraná, 2005, p. 85-96.
- _____. FONAPER – 10 anos de uma história que, em si mesma, já aponta para o futuro. In: *Identidade pedagógica do Ensino Religioso: memória e perspectivas*. Paraná, 2005, p. 21-34.
- _____. Há lugar para o Ensino Religioso na escola? In: *Revista Diálogo Educacional*. Paraná, v. 05, 2005, p. 185-208.
- _____. Tratando temas gerais de maneira específica. In: *Mundo Jovem*. Rio Grande do Sul, n. 364, Março 2006, p. 17.
- CARON, Lurdes (org.). *O ensino religioso na nova LDB: histórico, exigências, documentário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CNBB. *Catequese renovada: orientações e conteúdos* – documentos da CNBB n. 26. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____. *Educação, igreja e sociedade* – documento n. 47. São Paulo: Paulinas, 1992.
- _____. *Educação religiosa nas escolas – estudos da CNBB n. 14*. São Paulo: Paulinas, 1976.
- _____. *O ensino religioso – estudos da CNBB n. 49*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- _____. *Para uma pastoral da educação – estudos da CNBB n. 41*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- _____. *Por uma nova ordem constitucional – documentos da CNBB n. 36*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- _____. Regional Sul III. *Texto referencial para o ensino religioso escolar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- COLL, César. *Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- ECO, Umberto; MARTINI, Carlo Maria. Trad. Eliana Aguiar. *Em que crêem os que não crêem?* 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ESTRADA, Juan Antonio. *El cristianismo en una sociedad laica: cuarenta años después del Vaticano II*. España: Editorial Desclée de Brouwer S.A, 2006.

VIVIANE CRISTINA CÂNDIDO

- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. *Parâmetros curriculares nacionais – ensino religioso*. 2. ed. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1997.
- GRUEN, Wolfgang. *O ensino religioso na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil – Jubileu de Ouro da CNBB*. São Paulo. Paulinas, 2003.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*; tradução Pergentino Stefano Pivatto (coord.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- LOYOLA, Rodrigo. Sobre a ciência, o ateísmo e outras formas de sabedoria. <http://www.icb.ufmg.br/~franc/cool/ciencia/crencas.html>. Acesso em 31 jan 2004.
- MACHADO, Nilson José. *Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARIA, Joaquim Parron. *Novos paradigmas pedagógicos para uma filosofia da educação*. São Paulo: Paulus, 1996.
- PALÁCIO, Carlos. O cristianismo na América Latina: discernir o presente para preparar o futuro. *Perspectiva Teológica*, n.36, p. 173-196, 2004.
- QUEIROZ, José J. *A Igreja católica no Brasil hoje: elite de poder* – texto apostilado.
- RICOEUR, Paul. *O mal: um desafio à filosofia e à teologia*; tradução Maria da Piedade Eça de Almeida. – Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- ROSENZWEIG, Franz. *El nuevo pensamiento*; Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2005.
- SCHWARTSMAN, Hélio. *O parlamentar que votou contra Deus*. <http://www.strbrasil.com.br>. Acesso em 05 set 2002.
- SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS. *A igreja e as outras religiões: diálogo e missão – documentos da igreja católica*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2002.
- SOTTOMAIOR, Daniel. *Ensino Religioso nas escolas: qual Deus?* <http://www.strbrasil.com.br>. Acesso em 05 set 2002.
- VALDEJÃO, Renata de Gáspari. Religião será facultativa para os alunos. *Folha de São Paulo*, 18.08.2001, p. C5.
- VIESSER, Lizete Carmem. *Um paradigma didático para o ensino religioso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.